

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação



Plano de Actividades – 2004

Janeiro 2004

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS DO DOCUMENTO

2. ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 ESTUDOS

- Acompanhamento e Monitorização dos processos básicos da AP
- Que oportunidades para a utilização de *Open Source* em Portugal?
- A competitividade da indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI
- e-Saúde – O que tem o sector da saúde a ganhar com o desenvolvimento da SI(2ª Fase)
- Promover a inclusão pela via da SI
- O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal
- O futuro do e-Learning em Portugal
- O papel da SI no aproximar das regiões
- Terminologia da SI na Língua Portuguesa
- O insucesso escolar, as condições socio-económicas dos estudantes e o interesse pelo acesso ao conhecimento e à informação
- Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas
- e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI
- e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho
- O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação

- Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento
- A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação

2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

- Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

2.3 MANIFESTOS

- Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal

2.4 CONFERENCIAS e WORKSHOPS

- Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”
- A Liberdade de Expressão na Internet
- A Ética no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Ponto de situação do e-Government em Portugal
- Encontro da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2004
- Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da SI
- Mobilidade – Uma presença pervasiva no quotidiano das sociedades modernas
- Potenciar a utilização da informação do sector público
- e-Educação – O que tem o sector da educação a ganhar com o desenvolvimento da SI

3. OUTRAS ACTIVIDADES

- Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social
- Revista Digital da APDSI
- Internacionalizar a actividade da APDSI
- Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social
- Prémio Editorial 2004 “APDSI - Sociedade da Informação”
- Prémio Personalidade do Ano 2003 no domínio da Sociedade da Informação
- Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI
- Olimpíadas da Informática

4. CONCLUSÕES

1. OBJECTIVOS

O Plano de Acções que se apresenta pretende, para além de dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em 2002 e 2003, ser a base de referência da intervenção da APDSI no sentido de estimular e dinamizar acções que possam concretizar as expectativas, oportunidades e os benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer para Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem ou as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte desse mesmo desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a sociedade da informação e do conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento. No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades nas quais se inserem nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções envolvendo entidades com intervenção determinante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Algumas das actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis a partir do empenhamento directo por parte dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem em capital humano e as empresas em recursos financeiros e também em capital humano. As actividades da Associação são o fruto dessa generosa simbiose.

2. ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 ESTUDOS

□ Acompanhamento e Monitorização dos processos básicos da AP

Todos os estudos recentes sobre Administração Pública Electrónica apontam, como factor crítico de sucesso, a capacidade de integração de processos interdepartamentais, potenciando a comunicação e a transacção electrónica de informação e serviços orientados para os cidadãos e agentes económicos.

O estudo realizado no âmbito do Plano de Actividades do ano anterior permitiu identificar os processos básicos e os vários parceiros públicos e privados que neles intervêm e que de diversas formas contribuem para a realização do mesmo produto ou serviço público. Apontaram-se constrangimentos de natureza administrativa e legal por cada um dos *clusters* identificados fundamentalmente em torno de cada área económica específica.

Importa agora numa 2ª fase lançar uma acção que permita acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos processos então identificados por forma a poderem criar valor para os cidadãos, os agentes económicos e a própria Administração Pública.

- **Destinatários:** Poder político, Organismos da Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** Anual

□ Que oportunidades para a utilização de *Open Source* em Portugal?

Em plena época de recessão económica, as organizações tendem a diminuir drasticamente os seus investimentos em TI. Tal situação leva a que os responsáveis por essas áreas tenham de procurar soluções com mais baixos TCOs (*Total Cost of Ownership*) e melhores RÓIs (*Return of Investment*). Essa procura conduz a plataformas baseadas em Linux, actualmente com uma disponibilidade de produtos, quer a nível de servidor, quer de desktop, capazes de rivalizar com as melhores soluções comerciais disponíveis. A compatibilidade entre sistemas de *backoffice* e produtividade baseados em Linux e soluções comerciais não é mais um bloqueio e tal situação está a levar a uma expectativa de adopção massiva destes sistemas ditos *open source*.

A possibilidade de poder rentabilizar melhor o parque informático existente, pela extensão dos anos de vida dos processadores, está a levar à adopção deste novo sistema operativo. Contudo, várias questões e reservas se colocam das quais se destacam a da manutenção dos sistemas e apoio, a escassez de profissionais qualificados na implementação e administração destes sistemas, bem como a facilidade de utilização no contexto das novas interfaces.

É nosso objectivo identificar as oportunidades e as vantagens para a utilização destes sistemas, bem como as ameaças e fraquezas dos mesmos.

- **Destinatários:** Administração Pública, Agentes económicos
- **Executores:** Task-Force específica e eventual empresa de estudos de mercado
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **A competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI**

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da sociedade da informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC's como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

- **Destinatários:** Poder político, Agentes económicos, Quadros superiores da Administração Pública, Quadros superiores das empresas industriais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** Este estudo já se encontra em curso, prevendo-se a sua finalização para Maio de 2004

□ **e-Saúde – O que tem o sector da Saúde a ganhar com o desenvolvimento da SI (2ª Fase)**

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescente no domínio da saúde não têm tido reflexos visíveis no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos utentes do SNS. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da informação e das comunicações é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir por forma a potenciar os cuidados de saúde primários e secundários, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard por parte da indústria que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização. Neste sentido parece transparecer a importância de alguns domínios funcionais específicos entre os quais os relativos aos serviços clínicos propriamente ditos nos quais se inclui a telemedicina, os serviços administrativos e de gestão e ainda os serviços de informação para o público em geral, profissionais de saúde e utentes.

Por forma a elaborar uma visão sobre o tema da saúde em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, foi realizada, numa primeira fase, uma conferência com os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Nacional de Saúde eficiente e da melhoria da qualidade dos serviços prestados tendo por base o uso de serviços telemáticos avançados.

A colaboração de médicos, responsáveis de unidades hospitalares, autoridades de saúde, associações de utentes, especialistas na área da saúde, prestadores de serviços, fornecedores de equipamentos, laboratórios e centros de investigação entre outros tem sido essencial

Nesta segunda fase, dever-se-á privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da saúde, nomeadamente na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

- **Destinatários:** Poder político, Quadros superiores do sector da saúde, Agentes económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** Este estudo já se encontra em curso, prevendo-se a sua finalização para Maio de 2004

□ Promover a inclusão pela via da SI

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que precisamos de ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

- **Destinatários:** Poder político, Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica, constituída por personalidades convidadas pela capacidade que vêm demonstrando no estudo destas matérias
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal**

As tecnologias da informação e comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia. O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança por forma a que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interações com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

- **Destinatários:** Poder político, Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica e personalidades convidadas de reconhecida projecção internacional
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ O futuro do e-Learning em Portugal

A utilização conjugada do multimédia e da Internet para conceber e disponibilizar conteúdos formativos e desenvolver competências à distância (e-learning) é um dos grandes desafios para os próximos anos.

A organização de classes virtuais e a interacção remota entre os vários participantes vem possibilitar alargar o ensino e a formação profissional a regiões afastadas e converter cada lar ou local de trabalho numa sala de aula.

O ensino à distância cria um novo contexto onde o aluno assume um papel decisivo na gestão do tempo e do seu processo e ritmo de aprendizagem.

Mais do que as ferramentas síncronas ou assíncronas de aprendizagem, a produção de conteúdos formativos em português, constitui um dos factores mais críticos para o sucesso do e-learning.

Este estudo visa fazer um ponto de situação e perspectivar o futuro do e-learning no nosso país.

- **Destinatários:** Poder político, Agentes económicos, Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses. Este estudo iniciou-se em Dezembro de 2003

□ O papel da SI no aproximar das Regiões

Apesar de todos os esforços dos vários Governos e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais remotas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços no sentido de aproximar as regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A sociedade da informação caracteriza-se pela sua desterritorialização, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais remotas e desfavorecidas.

- **Destinatários:** Poder político, Autarquias
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

□ Terminologia da SI na Língua Portuguesa

O vocabulário associado à sociedade da informação tem sido considerado por alguns sectores uma forma de exclusão e uma barreira ao acesso às oportunidades tecnológicas.

Nem sempre é fácil encontrar equivalentes na língua portuguesa para os inúmeros conceitos que vêm sendo criados no âmbito da sociedade da informação. Procuram-se muitas vezes neologismos e adaptações apressadas das línguas originais.

Pretende-se com este estudo sistematizar e divulgar a terminologia mais correcta, que ao longo dos últimos anos se considerou mais apropriada para representar a sociedade da informação.

- **Destinatários:** Cidadãos dos países lusófonos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1 ano

□ **O insucesso escolar, as condições socio-económicas dos estudantes e o interesse pelo acesso ao conhecimento e à informação**

Este estudo pretende fazer uma análise de dados disponíveis a nível nacional (data mining) relativos ao insucesso escolar, por forma a identificar eventuais relações entre as condições dos estudantes, nomeadamente ao nível sócio-económicas, demográficas, familiares e outras, e o seu grau de interesse e mobilização pelo conhecimento e pela informação

- **Destinatários:** Comunidade educacional
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1 ano

□ **Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas**

A Reforma do Estado Português constitui uma das principais vertentes da modernização de Portugal. Neste contexto, a Administração Pública, nas suas diversas vertentes – central, regional, local – e nas suas múltiplas competências funcionais, necessita de ser profundamente reformulada, quer no que toca à sua missão e objectivos, quer à sua organização e gestão.

Como é sabido, as tecnologias e os sistemas de informação e de comunicações constituem poderosas alavancas de mudança organizacional. Infelizmente as tecnologias e sistemas são frequentemente utilizadas como “magic bullets”, passando o seu desenvolvimento e operação a constituírem fins em si, com objectivos tecnológicos desenquadrados e desalinhados do suporte efectivo aos processos e aos sistemas organizacionais que eram suposto apoiarem e transformarem.

O falhanço do uso das modernas tecnologias e sistemas de informação e comunicação no quadro da reengenharia de grandes e complexas organizações é uma evidência mundial, perante a qual importa retirar lições para o futuro. As razões de ser deste desempenho medíocre devem-se em grande parte ao uso de metodologias inapropriadas às situações concretas das organizações, desde logo, e na fase inicial, à deficiente formulação dos problemas com que estas verdadeiramente se confrontam.

Ao longo da década de 90 foi-se desenvolvendo uma nova e mais madura aproximação socio-técnica à engenharia organizacional, suportada em competências multidisciplinares, orientada aos processos e à integração dos aspectos de organização, gestão e dos sistemas de informação.

Mais recentemente emergiu a disciplina de Arquitectura Organizacional, que proporciona enquadramento poderoso para a concepção integrada das organizações, e para a formulação, desenvolvimento, concretização, monitorização e avaliação dos projectos de mudança e para o controlo das respectivas interacções e dinâmicas sistémicas a elas associadas.

A construção do Futuro exige arrojo, empenho, inovação. Querem-se visões ambiciosas, que mobilizem as pessoas, e potenciem a mudança das mentalidades.

Querem-se visões ambiciosas sim! Mas responsáveis, não demagógicas, e conseqüentemente aliadas a concretizações prudentes, firmes, faseadas, por objectivos, controladas, em progressão iterativa, num quadro de melhoria continua,

proporcionando caminhos seguros para a mudança participada e para a credibilização indispensável do novo Estado de que o País tanto necessita.

Com este estudo pretende-se contribuir para a definição de uma arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas.

- **Destinatários:** Poder político, Organismos da Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI**

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes e no acesso à informação pertinente.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e workflow, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

Com o fim de elaborar uma visão sobre o tema da Justiça em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar numa sessão de análise os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telemáticos. Importa ter a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e todos quantos estejam interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário.

Numa segunda fase, dever-se-á privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da Justiça, nomeadamente no aumento da celeridade processual de modo a que a “justiça” seja uma realidade no contexto de um Estado de Direito.

Conferência “e-Justiça”

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 2 dias
- **Prazo de execução:** 12 e 13 de Janeiro 2004

Estudo “e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI”

- **Destinatários:** Poder político, Quadros superiores do sector da justiça, Agentes económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Portugal ocupa hoje no contexto do espaço Europeu um lugar modesto no que diz respeito a padrões desejáveis no domínio cultural. O desenvolvimento da Sociedade da Informação cria hoje condições de interpenetração e desenvolvimento das diferentes áreas do saber. A Sociedade da Informação é também um fenómeno cultural já que disponibiliza hoje condições de conceptualização e visualização de novos espaços e formas culturais sem as restrições do mundo clássico. Hoje podemos imaginar estruturas com ajuda do *Cyberspace* (este como um meio de expressão tal como o são o lápis, o papel, o pincel, o som, a imagem, etc. e não um fim) que não existem no mundo físico e mapeá-las no nosso espaço mental e assim serem vistas, por exemplo, como extensões das artes e das culturas tradicionais.

Este trabalho pretende avaliar de que modo a Sociedade da Informação permite potenciar a actividade criativa não só a partir de novas formas de expressão mas ainda através do aparecimento de novas entidades para serem exploradas numa fronteira do espaço cultural.

- **Destinatários:** Criadores
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho**

O trabalho na sociedade da informação e do conhecimento tem-se caracterizado por uma mutação progressiva do analógico para digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho se caracterizava pelo isolamento, a ausência de contexto, a rotina e a mecanização, na sociedade da informação e do conhecimento o trabalho é desempenhado em comunidade, em interacção e conhecendo-se o seu contexto global. Em vez de processos mecânicos, o trabalho em rede caracteriza-se por processos orgânicos, complexos e baseados em fluxos facilmente mutantes.

Os novos trabalhadores do conhecimento deixarão cada vez mais de usar canetas e papel, passando a autenticar trabalhos e decisões através de assinaturas electrónicas e a trabalhar lado a lado com processos decisórios automatizados por regras e algoritmos computacionais. O ambiente de trabalho destes novos trabalhadores será maioritariamente o Portal da organização a que pertence, em qualquer momento e em qualquer lugar, onde para além da resolução dinâmica de algumas rotinas quotidianas como a simples justificação de faltas e a marcação de férias, todos reconhecerão as tarefas substantivas e mais ou menos críticas que lhes são cada vez mais solicitados neste novo ambiente (electrónico) de trabalho.

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos impactes dos novos ambientes digitais no mundo do trabalho e ajudar a ultrapassar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho na sociedade da informação e do conhecimento.

- **Destinatários:** Centrais Sindicais e Sindicatos, Associações Empresariais e Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação**

O tempo está em toda a nossa vida e é um factor determinante para os nossos objectivos e as nossas prioridades.

Na sociedade da informação e em particular na utilização da Internet, utilizamos o tempo de maneira diferente. Por exemplo, quando nos relacionamos com a Administração Pública queremos acima de tudo poupar tempo e quando estamos a jogar em rede com os nossos amigos todo o tempo é pouco e esquecemo-nos que ele está a passar. Poupar tempo e gastar tempo é algo muito subjectivo no mundo da Internet.

As relações entre os poderes públicos e a sociedade através da Internet, para além da simples prestação ocasional de serviços em que a redução do tempo parece ser um objectivo de todos, podem inverter o valor do tempo para níveis muito mais elevados quando se trata de relações de cidadania e de governação partilhada com a sociedade.

A valorização do uso do tempo na Internet, que até aqui se limitava quase sempre a aspectos lúdicos (jogos, conteúdos eróticos, etc.) e sociais (chat, messenger, etc.), começa progressivamente a invadir o mundo da cidadania activa (petições, blogs, etc.) e a constituir uma nova forma de participação não necessariamente localizada no tempo e no espaço.

Poupar tempo nos serviços públicos e gastar tempo a divertirmo-nos e a exercer os nossos direitos e deveres de cidadania, são objectivos para o uso da Internet nos próximos anos.

Este estudo pretende ser um contributo para o uso adequado das tecnologias da informação na satisfação das mais variadas necessidades sociais, profissionais, lúdicas e cívicas, através da valorização do factor tempo na avaliação das soluções tecnológicas encontradas para cada tipo de problema do nosso quotidiano.

- **Destinatários:** Associações cívicas, Empresas, Universidades e Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A sociedade da informação e em particular a Internet, tem vindo a alterar de uma forma marcante a utilização do nosso tempo disponível. De facto os desenvolvimentos naqueles domínios nomeadamente ao nível tecnológico tais como a digitalização da fotografia, do vídeo, do áudio o aumento crescente das velocidades de processamento, transmissão e acessibilidade facilitada a conteúdos existentes nas redes de BL, tem vindo a reformular e dinamizar de uma forma acentuada a indústria do entretenimento e do lazer. Assiste-se assim a uma crescente valorização do uso do tempo nos aspectos lúdicos sejam eles música, vídeo, jogos, conteúdos eróticos, etc. com impactos comportamentais ao nível individual e colectivo.

Este estudo pretende ser um contributo para avaliar o modo e as condições em que o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal poderá possibilitar às empresas e aos cidadãos utilizadores o acesso generalizado a custos razoáveis a serviços lúdicos como condição para que este sector tenha um impacto significativo na economia nacional. Impactes dos novos ambientes digitais no mundo do entretenimento e do lazer bem como identificar e ajudar a ultrapassar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento deste sector na sociedade da informação e do conhecimento são outros dos objectivos a atingir neste trabalho.

- **Destinatários:** Empresas ligadas ao sector do Entretenimento, Prestadores de serviços e aplicações, Universidades e Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação**

Portugal tem uma história muito rica na utilização de representações do território, sob a forma de cartas, no suporte aos Descobrimientos e à Gestão do Território.

Com o aumento sustentado da utilização das tecnologias que caracterizam a Sociedade da Informação, a representação do território passou a ter um papel ainda mais importante, tendo surgido a necessidade de disponibilização da informação geográfica já não sob a forma de cartas mas em formato digital, em tempo real e num número crescente de aplicações e dispositivos, incluindo dispositivos móveis. No entanto, a informação geográfica tem inerente uma elevada complexidade e, para ter qualidade, tem que ter aderência ao nível de detalhe adequado do Mundo Real, pelo que é percebida como um bem escasso e de custo elevado.

Mais do que a problemática da produção de informação geográfica de qualidade é hoje fundamental estudar o modo como essa informação tem contribuído para o aumento da produtividade do País e quais os custos inerentes à sua não utilização (o exemplo dos fogos que flagelam todos os anos Portugal é particularmente relevante).

Com este estudo pretende-se identificar boas práticas, a nível nacional e internacional, da utilização de informação geográfica na criação de valor em processos que necessitam de representações do território. Pretende-se, desse modo, divulgar as boas práticas e contribuir para uma maior generalização da utilização deste tipo de informação estruturante.

- **Destinatários:** Autarquias, Empresas de serviços básicos (*Utilities*), Poder político e Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

□ **Fazer crescer o mercado da SI em Portugal**

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

Esta acção será uma homenagem póstuma ao Dr. Raul Junqueiro.

- **Signatários:** Empresas, Organismos e Instituições que adiram aos princípios da carta de compromisso

2.3 MANIFESTOS

□ **Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal**

Os investimentos em tecnologia ligada à Internet têm sido elevados nestes últimos anos, tendo-se registado um sem número de iniciativas que apelam à eficiência das operações e à redução dos custos operacionais nas empresas que adiram. As plataformas para a concretização do B2B estão pois disponíveis e acessíveis.

O mesmo se tem passado na vertente B2C, quer do lado da oferta, com um grande número de lojas e centros comerciais virtuais na web, que abrangem as mais variadas ofertas de bens e serviços ao consumidor, quer do lado da procura, com um aumento sucessivo de utilizadores Internet.

Aparentemente, as condições necessárias para um sucesso total do comércio e do negócio electrónico parecem estar no lugar. No entanto, esse sucesso não acontece. Interessa, pois, identificar as razões para este estrangulamento, esta promessa adiada, mobilizando, entre outros, associações empresariais e de consumidores, juntamente com os fornecedores dos meios de pagamento e agregadores de lojas digitais, por forma a discutirem-se soluções que permitam eliminar as causas de estrangulamento que forem identificadas.

- **Destinatários:** Poder político, Associações empresariais ligadas ao comércio electrónico, Sociedade Civil
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses. Esta actividade iniciou-se em Dezembro de 2003

2.4 CONFERÊNCIAS e WORKSHOPS

□ **Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”**

O conceito de Sociedade da Informação é relativamente recente, muito havendo ainda a reflectir e a analisar no que toca à sua implantação e à sua evolução. Não há no entanto muitas dúvidas do seu impacto a nível global e da sua influência transversal em todos os grupos sociais, profissionais e em todas as actividades económicas.

Em complemento dos Encontros da Arrábida, que se assumem como um “processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento”, importa recolher contributos, nomeadamente de origem internacional que dêem pistas para uma prospectiva da evolução da Sociedade da Informação.

- **Destinatários:** Sócios da APDSI e Público em geral
- **Executores:** Conferencistas convidados
- **Prazo de execução:** Final de 2004

□ **A Liberdade de Expressão na Internet**

A temática da liberdade de comunicação e expressão na Internet apresenta contornos muito complexos, sendo mesmo fracturante em termos ideológicos.

Questões como as normas e regras relativas aos conteúdos na Internet e a sua equiparação, ou não, aos media clássicos, o controlo prévio pelo Estado, as barreiras à participação individual na Sociedade da Informação, a liberdade de prestação de serviços via Internet, a responsabilidade dos intermediários, o papel e o estatuto das entidades de regulação são disso exemplo.

Importa confrontar posições, muitas vezes contraditórias, outras vezes complementares, sobre estas matérias congregando de uma forma abrangente os vários actores neste processo.

- **Destinatários:** Poder político, Operadores de Telecomunicações, Media, ONG's, Público em geral
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** Março/Abril de 2004

□ **A Ética no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento**

A ética é um conjunto de valores e um grupo de princípios de moralidade: julgamento, consciência, bem, mal, etc. A ética refere-se a princípios que podem ser usados para mudar a conduta individual, organizacional e social. O factor mais importante para determinar a natureza ética de uma acção não é o conteúdo ou o resultado, mas a sua natureza, a intenção e o que motiva ou inspira as nossas acções.

Os Sistemas de informação colocam-nos algumas vezes problemas tanto para indivíduos como para a sociedade e criam oportunidades e dilemas morais para algumas das mudanças na actual sociedade da informação. As tecnologias da informação não são as primeiras tecnologias a suscitar mudanças sociais radicais. O desenvolvimento produziu ao longo da história perdedores e vencedores, assim como produziu benefícios para uns e prejuízos para outros.

A ética envolvida na proliferação de "spams", na pirataria e em outros problemas que atordoam o dia a dia da sociedade da informação constituirá sem dúvida um tema suficientemente polémico e actual para este workshop.

- **Destinatários:** Cidadãos e Poder político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento**

A primeira actividade pública da APDSI foi a realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação” em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Entende-se de muita interesse a realização de uma actividade a meio do mandato do presente Governo sobre o mesmo tema.

- **Destinatários:** Sócios da APDSI e Público em geral
- **Executores:** Representantes dos Partidos políticos com representação parlamentar
- **Prazo de execução:** 12 de Março de 2004

□ **Ponto de situação do e-Government em Portugal**

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (e-Government) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra, mas a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da sociedade da informação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Na sequência de idêntico *workshop* realizado em 2003, importa continuar uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

- **Participantes:** Poder político, Quadros da Administração Pública, Empresas
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução:** 2 meses

□ **Encontro da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2004**

Este encontro virá na continuidade dos encontros realizados em 2002 e 2003 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que, de diferentes perspectivas, possam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento. Discutir ideias baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutro sentido explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, das empresas e das instituições em geral.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Assim, trata-se de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

- **Participantes:** Membros do Conselho Geral, Personalidades convidadas
- **Duração:** 1,5 dias
- **Data prevista:** Setembro / Outubro 2004

□ **Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da SI**

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem, em alguns momentos, introduzido algumas rupturas na forma de viver em sociedade e no seu sistema regulador e normativo.

Se por um lado as leis têm muitas vezes um papel mobilizador e capaz de induzir comportamentos e atitudes sociais adequadas às transformações politicamente expectáveis, por outro lado, alguma da legislação que a sociedade produz assume um papel conservador e gerador de bloqueios ao desenvolvimento tecnológico e ao seu adequado aproveitamento social e económico.

Apesar das preocupações dos vários Governos na introdução de inúmeros instrumentos legislativos, directa ou indirectamente associados ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente através de sucessivos quadros institucionais de enquadramento, facilitação do acesso à informação e aos serviços públicos, garantia de segurança e privacidade da informação, acesso universal às telecomunicações, desburocratização e desmaterialização dos actos administrativos, negócio electrónico, etc., existem ainda dúvidas sobre o seu adequado aproveitamento prático e sobre o grau de eficácia do actual quadro legislativo português e comunitário.

- **Participantes:** Poder Político, Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução:** 6 meses. A organização deste *workshop* teve início em Janeiro de 2004

□ **Mobilidade – Uma presença pervasiva no quotidiano das sociedades modernas**

A mobilidade apresenta-se hoje como uma das características intrínsecas e mais marcantes no desenvolvimento de sociedades dinâmicas e modernas. A mobilidade é cada vez mais uma componente importante nos processos de negócios e nos modelos e estilos de vida. O conceito de mobilidade é hoje muito mais que apenas serviços e aplicações oferecidas por operadores móveis.

Pretende-se neste *workshop* debater e avaliar as formas de que se pode revestir o conceito de mobilidade no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, o modo como de uma forma pervasiva entra no quotidiano dos cidadãos e das instituições e avaliar também as implicações que tal fenómeno apresenta nomeadamente ao nível social, tecnológico e económico.

“Always – on”, “m-commerce”, “Location Based Services” ou privacidade serão certamente aspectos a abordar de diferentes perspectivas

- **Participantes:** Cidadãos, Agentes económicos, Cientistas Sociais
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução:** 3 meses

□ **Potenciar a utilização da informação do sector público**

Foi aprovada no final de 2003 a Directiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à reutilização da informação do sector público, possibilitando ao mercado privado acrescentar valor e promover a sua exploração comercial. Trata-se de uma nova oportunidade de acesso para as indústrias de conteúdos e uma nova forma de dinamizar a economia baseada nos recursos da informação.

A produção de conteúdos digitais tem dado origem à rápida criação de emprego e ao despontar de pequenas empresas com um grande potencial de inovação. O sector público recolhe, produz e divulga um largo espectro de informações em muitas áreas de actividade, como informações sociais, económicas, geográficas, meteorológicas, turísticas, empresariais e sobre patentes e educação.

A informação do sector público no nosso país está longe de ser classificada do ponto de vista da satisfação de necessidades de cidadania, desenvolvimento sustentado e de autêntico recurso para o mercado. Não está definida uma clara política de preços, nem existem regras e políticas claras de exploração comercial deste tipo de informação.

Este workshop pretende ser um espaço de reflexão e dinamização de um verdadeiro mercado de informação em Portugal, aproximando o sector público e o sector privado bem como a oferta e a procura de conteúdos digitais, contribuindo para ultrapassar barreiras tecnológicas, psicológicas, legais e políticas que hoje impedem o desenvolvimento deste mercado emergente.

- **Destinatários:** Indústria de conteúdos, Comunicação Social, Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Poder político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **e-Educação – O que tem o sector da educação a ganhar com o desenvolvimento da SI**

Temos vindo a ser confrontados com estudos internacionais que identificam de uma forma inequívoca a inadequação do sistema educacional em particular ao nível do ensino básico e secundário, com dificuldade na formação de cidadãos aptos para abraçar as oportunidades e os desafios das sociedades avançadas que têm por base o conhecimento e a capacidade de transformar tal conhecimento em riqueza.

Não é suficiente ligar todas as Escolas à Internet nem tão pouco basta ligar todas as salas de aula, aspiração aliás descrita na primeira medida do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, se continuar a não existir uma visão que enquadre objectivos amplos e claros. Tal implica que a Escola como um todo, deverá dar resposta aos desafios que a ela se colocam nomeadamente, repensar as formas de ensinar e de aprender, os modelos de gestão das escolas e reformular os curricula existentes antecipando necessidades e requisitos das sociedades futuras ou no mínimo, adaptando-os aos tempos em que vivemos.

Assim importa mobilizar as instituições, os cidadãos e as empresas para acções que contribuam para a mudança urgente do actual sistema de ensino em Portugal e, por outro, constituir um fórum permanente ao mesmo tempo crítico e criativo no domínio da Educação. Deve ser acentuada a capacidade para “saber fazer” e “saber inovar” na sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a “aprendizagem ao longo da vida” se torna tão evidente e indispensável.

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescentes no domínio da educação não têm tido reflexos igualmente visíveis no que diz respeito à qualidade do ensino. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da sociedade da informação é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, impõe-se promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir, nomeadamente considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard educacionais que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização.

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 2 dias
- **Prazo de execução:** 4 meses

3. OUTRAS ACTIVIDADES

□ **Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social**

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo software aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser canalizados para instituições de solidariedade social tais como lares da 3ª idade, centros de dia, clubes recreativos, jardins de infância, etc.. Deste modo, faz todo o sentido numa perspectiva abrangente encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas e outras organizações com fins não lucrativos.

Para que este programa atinja os seus fins pressupõe-se um acordo prévio com as entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos e a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e AP) com a procura (instituições de natureza social) poderá ser conseguida pela criação de uma “bolsa” de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades

- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Revista Digital da APDSI**

A Associação deve proporcionar aos seus sócios e à sociedade em geral um forum para debate e reflexão sobre o desenvolvimento, os pontos fortes e os pontos fracos, as tecnologias subjacentes e outros aspectos relacionados com a Sociedade da Informação em Portugal, no espaço lusófono e no mundo em geral.

Esse forum concretizar-se-á numa revista digital, publicada na Internet, “peer-reviewed”, com periodicidade a definir e contando com colaborações dos sectores governamental, empresarial, profissional e de outras associações e organizações sem fins lucrativos.

- **Destinatários:** Toda a Comunidade de Língua Portuguesa
- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Internacionalizar a actividade da APDSI**

Sendo a Sociedade da Informação eminentemente global importa que a Associação estabeleça contactos internacionais com associações, outras organizações sem fins lucrativos e outras entidades por forma a acompanhar a evolução nos mais diversos domínios do desenvolvimento da sociedade da informação.

- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social**

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a prossecução do seu objecto, compete à Associação “Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Uma das formas de levar a efeito esta tarefa consiste na presença regular, continuada e sustentada da Associação nos Órgãos de Comunicação Social, tanto os de informação geral, como os especializados.

- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Prémio Editorial 2004 “APDSI - Sociedade da Informação”**

Este prémio enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da SI e destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal Sistemas de Informação e da Sun Microsystems Portugal sendo admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa, nacional e regional, durante o ano de 2003.

- **Prazo de execução:** 1º Trimestre de 2004

□ **Prémio Personalidade do Ano 2003 no domínio da Sociedade da Informação**

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar a personalidade que mais contribuiu ao longo do ano de 2003 para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da ORACLE, SUN Microsystems e do Jornal Expresso.

- **Prazo de execução:** 2º Trimestre de 2004

□ **Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI**

A maior parte dos países e muitas das organizações internacionais têm produzido nos últimos anos um grande número de documentos de referência sobre a sociedade da informação e em particular sobre a transformação das administrações públicas através das tecnologias da informação e comunicação.

As universidades e os próprios fornecedores de tecnologia e serviços da sociedade da informação têm tido um papel activo na produção de documentos importantes para o conhecimento desta área.

A APDSI irá editar um CD que incluirá milhares de documentos de referência em texto integral e centenas de links importantes sobre a sociedade da informação e em particular no domínio do e-Government, que irão decerto contribuir para melhorar o conhecimento nestas áreas.

- **Prazo de execução:** 1 mês

□ **Olimpíadas da Informática**

Na continuação de uma actividade até agora conduzida pela API - Associação Portuguesa de Informática, a APDSI propõe-se promover a realização das Olimpíadas Nacionais de Informática, um concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias e a participação da equipa vencedora dessas Olimpíadas nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade será assegurada, mediante a formalização de protocolo, sob a responsabilidade do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

- **Prazo de execução:** 3º trimestre de 2004

4. CONCLUSÕES

A APDSI procura através deste programa dar continuidade às iniciativas que conseguiu levar a cabo nos anos anteriores, expandindo para sectores não anteriormente cobertos, como é o caso das áreas da justiça, educação e cultura, e para domínios que têm vindo a ganhar importância acrescida, devido à forte evolução das tecnologias da sociedade da informação. Pertencem a esta última categoria as iniciativas sobre a mobilidade, as terminologias da sociedade da informação e do conhecimento e o software 'open source'.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Iniciam-se actividades correlacionadas com um maior nível de estabilidade e amadurecimento da Associação, que não eram compatíveis com os dois primeiros anos de actividade, nomeadamente a criação de uma bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social, o ciclo de conferências "Pensar a Sociedade da Informação", o lançamento de uma revista digital a continuação das Olimpíadas da Informática e o arranque dos primeiros esforços de inserção na comunidade internacional interessada na prossecução dos objectivos de promoção da sociedade da informação e do conhecimento.

Os prémios Editorial e Personalidade – Sociedade da Informação, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar àquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos e instituições públicas.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. No momento histórico de alargamento da União Europeia a mais dez países, em que os factores de competitividade de cada um deles são determinantes para o seu progresso no seio de uma Europa alargada, estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro neste contexto geopolítico.